

CT Nº 226/2022.

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, que entre si celebram o Município de Iguaçu e a Sr.^a **CLAUDIA MERY BEZERRA GOMES DE LIMA**, com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88) e o teor do disposto na Lei Municipal nº 196/2001 de 20/11/2001, e Lei Municipal nº 499/2021, de 13/01/2021, e alterações posteriores.

Pelo presente Contrato Administrativo, o **MUNICÍPIO DE IGUARACY**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 11.368.966/0001-00, com sede à Praça Antônio Rabelo, nº 02, nesta cidade de Iguaçu, Estado de Pernambuco, representado por seu Prefeito, Sr. José Torres Lopes Filho, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sr.^a **CLAUDIA MERY BEZERRA GOMES DE LIMA**, brasileira, maior, residente à Rua Dr. Ulisses Guimarães, 136, Centro, Iguaçu – PE, portadora do CPF nº 11.937.734-25 e RG nº 5.637.731 – SDS – PE, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO (A)**, em arrimo na Lei Municipal nº 196/2001 de 20/11/2001, e Lei Municipal nº 499/2021, de 13/01/2021, e alterações posteriores, em dimanação com o Artigo 37, IX da Carta Magna, considerando os termos do ofício de nº 140/2022 lavrado pela Secretária de Educação e Esportes, acerca da necessidade de contratação de profissional para exercer no cargo de Assistente Social, considerando que há previsão em lei do cargo objeto do contrato; a contratação dar-se-á por tempo determinado; a necessidade temporária e excepcional de interesse público, têm certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O (A) **CONTRATADO (A)** exercerá junto ao quadro de pessoal do **CONTRATANTE**, o cargo de Assistente Social, que consiste nas seguintes atribuições: Contribuir com a realização de diagnósticos sociais; indicar possíveis alterações a problemática social vivida por crianças, adolescentes, jovens e adultos; analisar e diagnosticar as causas dos problemas sociais detectados em relação aos alunos, objetivando saná-los ou atenuá-los, etc.;

CLÁUSULA SEGUNDA – Pelos serviços acima mencionados, o (a) **CONTRATADO (A)** perceberá a quantia de 1.950,00 (mil, novecentos e cinquenta reais) por mês, pagos em moeda corrente nacional, até o dia 20º dia do mês subsequente à prestação dos serviços;

CLÁUSULA TERCEIRA – A jornada de trabalho do (a) **CONTRATADO (A)** será de **30 (trinta)** horas semanais, prestadas entre as 8h e 17h de segunda à sexta-feira, ou à critério do **CONTRATANTE**, ficando desde logo convencionado a possibilidade de banco de horas;

CLÁUSULA QUARTA – O presente contrato vigorará pelo prazo de 10 (dez) meses, a contar de **01/03/2022 a 31/12/2022**, em cujo término será o mesmo extinto, independente de quaisquer interrupções ou suspensões;

CLÁUSULA QUINTA – As partes poderão rescindir o presente contrato, a qualquer tempo, mediante comunicação prévia, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

CLÁUSULA SEXTA – O presente contrato será sumariamente rescindido pelo **CONTRATANTE**, sem que (ao) a **CONTRATADO (A)** caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o (a) **CONTRATADO (A)** incidir em qualquer das faltas arroladas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei nº 196/2001) como puníveis com a pena de demissão;

CLÁUSULA SÉTIMA – O (A) **CONTRATADO (A)** poderá rescindir o presente contrato, com direito à indenização no valor equivalente à metade da remuneração a que teria direito até o término normal estipulado, quando: a) não cumprir o Contratante as obrigações do contrato; b) praticar o Contratante, ou

Praça Antônio Rabelo, 02 – Centro – CEP 56840-000
CNPJ:11.368.966/000100 – Fone: 87 – 3837 1156



seus prepostos, contra ele, ato lesivo da honra e boa fama; c) o Contratante ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

CLÁUSULA OITAVA – É lícito ao CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência e suspensão ao (a) CONTRATADO (A), nos casos e termos previstos na lei municipal que disciplina o regime jurídico dos servidores municipais – Lei Municipal nº 196/2001.

CLÁUSULA NONA – As situações e casos não expressamente tratados neste contrato, regem-se pelo disposto na Lei Municipal nº 196/2001, sendo o presente contrato de natureza administrativa, não se aplicando normas celetistas.

CLÁUSULA DÉCIMA – A despesa decorrente deste contrato correrá à conta da rubrica: 12365000920430000 – 31900400; 12365000920280000 – 31900400 e 12361000920200000 – 31900400.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Fica eleito o Foro da Comarca de Afogados da Ingazeira, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato. Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Iguaçu, 01 de março de 2022.


JOSÉ TORRES LOPES FILHO
PREFEITO


CLAUDIA MERY BEZERRA GOMES DE LIMA
CONTRATADA

PARECER

O presente contrato se encontra conforme legislação específica vigente.

Iguaçu, 01 de março de 2022.


FÁBIO DA SILVA NETO
OAB (PE) 26.771-D
Procurador Jurídico

TESTEMUNHAS:


LIDIANE BEZERRA DE MOURA FERNANDES
CPF: 063.374.964-85


MARCOS HENRIQUE DA SILVA JERÔNIMO
CPF: 057.230.234-70



DECLARAÇÃO



Eu, **CLAUDIA MERY BEZERRA GOMES DE LIMA**, brasileira, maior, solteira, residente nesta cidade, portadora do CIC nº 031.937.734-25 e RG nº 5.637.731 – SDS – PE, **DECLARO** para os devidos fins de direito, que não possuo impedimentos legais à assunção do contrato temporário de **ASSISTENTE SOCIAL**, nesta municipalidade, especialmente a proibição acumulativa de cargos públicos descrita no inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal.

Iguaracy, 01 de março de 2022.

Claudia Mery Bezerra Gomes de Lima
DECLARANTE

OFÍCIO Nº 140/2022

Iguaracy- PE, 01 de março de 2022.

Senhor Prefeito,

Solicito a Vossa Excelência, autorizar a contratação temporária por excepcional interesse público de 01 (um) profissional de Assistência Social para exercer o cargo/função de Assistente Social, nesta Secretaria Municipal de Educação e Esportes, a partir do dia 01 de março de 2022 até 31 de dezembro de 2022, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais ou à critério do CONTRATANTE, em virtude de não haver servidor do quadro efetivo disponível para exercer o supracitado cargo/função junto a esta Secretaria, havendo iminente necessidade da contratação para suprir interesse público com arrimo no Artigo 37, IX da Carta Magna em dimanação com a Lei Municipal de nº 499/2021.

Dentre outras atribuições, o profissional ora contratado, será responsável por contribuir com a realização de diagnósticos sociais; indicar possíveis alterações a problemática social vivida por crianças, adolescentes, jovens e adultos; analisar e diagnosticar as causas dos problemas sociais detectados em relação aos alunos, objetivando saná-los ou atenuá-los, etc.

Em face das atribuições da função, após análise curricular, indicamos a Sr^a. **CLAUDIA MERY BEZERRA GOMES DE LIMA**, CPF nº 031.937.734-25 e RG nº 5637731-SDS/PE, cuja documentação segue anexa.

Sem mais para o momento, reiteramos votos de estima e consideração.

Atenciosamente.


RITA DE CÁSSIA MENDES DE MELO SIQUEIRA
Secretária de Educação e Esportes

Ilmo. Senhor
JOSÉ TORRES LOPES FILHO
MD. Prefeito do Município de
Iguaracy-PE

*Autorizo a contratação, em face da
excepcionalidade e das razões
apresentadas pelo (a) Secretário (a).*

Em: 01/03/2022.


José Torres Lopes Filho
Prefeito

